



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 003/2023 - TJAM

CONVÊNIO Nº 003/2023, que entre si celebram o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS** e o **BANCO DO BRASIL S.A**, na forma abaixo.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, sediado na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, à Avenida André Araújo, s/nº, Aleixo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.812.509/0001-90, neste ato representado por sua **PRESIDENTE**, Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**, doravante denominado **CONSIGNANTE** e o **BANCO DO BRASIL S.A**. Sociedade de Economia Mista, com sede no SAUN, quadra 05, lote B, Edifício Banco do Brasil, na cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, neste ato representado pelo seu Procurador **RAIMUNDO DA SILVA BAIA**, Gerente Geral do Escritório Setor Público Amazonas do Banco do Brasil S.A, doravante denominado **CONSIGNATÁRIO**, em conformidade com o que consta no Processo Administrativo nº 2023/000012648-00, doravante referido apenas por **PROCESSO**, e o despacho autorizatório exarado pela Excelentíssima Senhora Desembargadora Presidente do TJAM. Os convenentes celebram e assinam, na presença das testemunhas adiante nominadas, o presente **CONVÊNIO Nº 003/2023-TJAM**, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Convênio tem por objeto autorizar e regular a concessão pela **CONSIGNATÁRIO** de empréstimos, com consignação facultativa em folha de pagamento dos servidores públicos ativos, inativos, aposentados e pensionistas do **CONSIGNANTE** (doravante designados "**SERVIDORES**"), em conformidade com a margem consignável disponível e determinada em lei, assim como as demais condições comerciais e operacionais constantes de cada operação e de seus respectivos instrumentos, nas condições estabelecidas nas demais cláusulas.

1.2. Sem prejuízo do disposto no item anterior e desde que facultado pelo **CONSIGNANTE**, terão a prerrogativa da oferta de crédito por meio de cartão de crédito consignado, com margem de 5% de acordo com o disposto em Legislação Federal, os quais serão concedidos por meio físico ou eletrônico nas agências e postos de atendimento devidamente autorizados a operarem no Estado do Amazonas, conforme estabelecido no art. 4.º, § 6.º, do Decreto Estadual n.º 32.835/2012 e de acordo com as regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

1.3. A gestão das consignações em folha de pagamento dos magistrados, servidores e serventuários ativos competirá ao **CONSIGNANTE** e, no caso dos aposentados e pensionistas, à **FUNDAÇÃO AMAZONPREV**.

1.4. Fica vedada a formalização de operações de empréstimo consignado com prazo superior a **96 (noventa e seis) meses**, em consoante com o §2.º da Portaria nº 2621/2022-TJAM.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS EMPRÉSTIMOS E/OU FINANCIAMENTOS

2.1. O **CONSIGNATÁRIO**, desde que respeitadas as suas programações orçamentárias, política de crédito, normas operacionais e análise de crédito, poderá conceder empréstimos e/ou financiamentos diretamente aos **SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS** do **CONSIGNANTE**, com as condições livremente negociadas entre os **SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS** e o **CONSIGNATÁRIO**, cujo pagamento dar-se-á mediante consignação em folha de pagamento.

Parágrafo Primeiro - Os empréstimos e/ou financiamentos aos **SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS** serão concedidos por meio(s) físico(s) (agências, correspondentes bancários) e/ou eletrônico(s) disponíveis (TAA, Internet, CABB, Mobile, etc).

Parágrafo Segundo - Para a concessão de empréstimos e/ou financiamentos mencionada no objeto deste instrumento, os **SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS** deverão dispor de margem consignável suficiente para as prestações decorrentes da operação contratada ao amparo deste Convênio, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo Terceiro - As operações contratadas ao amparo deste Convênio poderão ser repactuadas nos termos e condições previamente definidas pelo **CONSIGNATÁRIO**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. O objeto consubstanciado no presente instrumento fundamenta-se no art. 116, caput, da Lei nº 8.666/93, no que couber, no decreto n.º 32.835, de 24 de setembro de 2012 e suas alterações, que regulamenta as consignações em folha de pagamento de servidores dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Amazonas, e na Portaria nº 2621/2022, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

4.1. Compete aos partícipes, **conjuntamente**:

- a. Acompanhar e fiscalizar a execução do presente convênio;
- b. Informar aos gestores indicados sobre a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação;
- d. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;
- e. Intercambiar informações, documentos e apoio técnico-institucional necessários ao bom andamento e consecução do presente ajuste;
- f. Manter comunicação escrita, no curso da execução das ações, diretamente ou por gestores indicados;
- g. Solicitar regularização de impropriedades de todo gênero verificadas durante a execução do ajuste;
- h. Atender, quando for o caso, às solicitações concernentes ao objeto deste ajuste, incluindo a remessa de informação ou documentação necessária à instrução de ações, procedimentos ou processos administrativos e judiciais;
- i. Facilitar a comunicação entre as equipes de trabalho de ambas as instituições, de modo a atender eventuais necessidades conjuntas dos partícipes;

- j. Fiscalizar a fiel observância das disposições pactuadas;
- k. Empregar fiel observância ao disposto na **Portaria nº 2621/2022-TJAM**, ou outra que vier a substituí-la, que dispõe acerca das consignações em folha de pagamento de magistrados e servidores no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

4.2. Compete especificamente ao **CONSIGNANTE:**

- a. Não será devido ao **CONSIGNANTE** qualquer custo de processamento das consignações facultativas realizadas por meio do sistema eletrônico de margem consignável.

4.3. Compete especificamente ao **CONSIGNATÁRIO:**

- a. Cabe aos consignatários facultativos o atendimento dos requisitos do sistema eletrônico de margem consignável, dos níveis de serviço e dos prazos estipulados no termo de comodato firmado entre o **CONSIGNANTE** e a empresa fornecedora do sistema;
- b. Cabe à empresa gestora do sistema eletrônico de margem consignável, cadastrar os representantes dos consignatários para a utilização do sistema, após solicitação formal;
- c. O consignatário facultativo deverá comunicar ao Tribunal eventuais alterações em seus respectivos dados cadastrais;
- d. É vedado ao consignatário repassar aos **CONSIGNADOS**, a qualquer título, os ônus decorrentes da consignação;
- e. Os lançamentos das consignações facultativas em folha de pagamento serão efetuados eletronicamente no sistema de margem consignável, com exceção daqueles em que a Folha de Pagamento detectar a necessidade de processamento manual no sistema de folha de pagamento do **CONSIGNANTE**;
- f. As alterações propostas no mês corrente somente serão processadas na folha do mês subsequente;

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1. O presente convênio terá vigência de **60 (sessenta) meses**, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

6.1. A inexecução total ou parcial deste convênio, por qualquer dos partícipes, assegurará o direito de rescisão, nos termos do artigo 77 da Lei nº 8.666/93, bem como nos casos citados no artigo 78 do mesmo diploma legal, no que couber, sempre mediante notificação por escrito, com aviso de recebimento e antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

6.2. É facultado às partes promover o distrato do presente convênio, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral pela iniciativa de qualquer deles, mediante notificação por escrito com aviso de recebimento e antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, restando para cada qual tão-somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior a notificação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

7.1. Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os convenientes, durante a sua vigência, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. Os partícipes designarão gestores para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente convênio, por meio de atos específicos.

Parágrafo único. Os partícipes por meio de seus gestores de execução, fiscalizarão o fiel cumprimento do Convênio e prestarão todas as informações necessárias para dirimir dúvidas administrativas e técnicas que venham eventualmente a ocorrer.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS

9.1. No presente Convênio não resulta acréscimo ou criação de despesa, nem ônus de remuneração ou cobranças eventuais aos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS HUMANOS

10.1. Não se estabelecerá vínculo de qualquer espécie, de natureza jurídica, trabalhista ou funcional, entre os convenientes e o pessoal que for utilizado para a realização dos trabalhos, apoio técnico e desenvolvimento das atividades por conta do presente convênio, em especial com relação ao **CONSIGNANTE** e o **CONSIGNATÁRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICIDADE

11.1. O extrato do presente instrumento será publicado no Diário de Justiça Eletrônico pelo **CONSIGNANTE**, de acordo com o que autoriza o art. 4º da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006 c/c o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA OBSERVÂNCIA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

12.1. As cláusulas seguintes são aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, conforme especificado no Termo.

12.2. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste Termo, a partir das tratativas de formalização de novo termo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.3. O **CONSIGNANTE** (empregador) figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos ao **CONSIGNATÁRIO** para tratamento, sendo este enquadrado como Operador dos dados. O **CONSIGNATÁRIO** será Controlador dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.

12.4. O **CONSIGNATÁRIO** terá acesso aos dados pessoais que estão de posse do **CONSIGNANTE** apenas para as finalidades definidas pelo **CONSIGNANTE**, conforme especificado neste Termo.

12.5. O **CONSIGNATÁRIO** deve tratar os dados pessoais que tiver acesso apenas de acordo com as instruções documentadas pelo **CONSIGNANTE**, durante a vigência deste Termo, e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, não conseguir seguir as instruções ou de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar o **CONSIGNANTE** oficiando de modo formal este fato imediatamente o **CONSIGNANTE**, sob pena de rescisão deste Termo que terá o direito de rescindir o Termo sem qualquer ônus, multa ou encargo.

12.6. É dever do **CONSIGNATÁRIO** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei Geral de Proteção de Dados.

12.7. O **CONSIGNATÁRIO** deverá exigir dos sub operadores e subcontratados, se houver, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8. O **CONSIGNATÁRIO** ao tomar conhecimento de que os dados pessoais que recebeu são imprecisos ou desatualizados, deve informar ao **CONSIGNANTE**, sem demora injustificada. Neste caso, o **CONSIGNATÁRIO**

deve apoiar com o **CONSIGNANTE** para apagar ou retificar os dados.

12.9 No caso de uma violação de dados pessoais relativos a dados pessoais tratados pelo **CONSIGNATÁRIO** sob este Termo, o **CONSIGNATÁRIO** deve tomar as medidas apropriadas para lidar com a violação, incluindo medidas para mitigar seus efeitos adversos. O **CONSIGNATÁRIO** também deve notificar o **CONSIGNANTE** sem demora injustificada, e no prazo de 24 horas, logo após tomar conhecimento da violação. Esta notificação deve conter os detalhes de um ponto de contato, onde mais informações podem ser obtidas, uma descrição da natureza da violação (incluindo, sempre que possível, categorias e número aproximado de titulares de dados e registros de dados pessoais em questão), suas prováveis consequências e as medidas tomadas ou propostas para resolver a violação, incluindo, quando apropriado, medidas para mitigar seus possíveis efeitos adversos.

12.10. O **CONSIGNANTE** deve apoiar e auxiliar o **CONSIGNATÁRIO** para permitir que a mesma cumpra suas obrigações nos termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), em particular para notificar a Agência Nacional de Proteção de Dados – ANPD e os titulares de dados afetados, levando em consideração a natureza do tratamento e as informações disponíveis para o **CONSIGNATÁRIO**.

12.11. As Partes concordam que, o **CONSIGNANTE** ou o **CONSIGNATÁRIO** que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo, e as demais hipóteses em relação a responsabilidade e ressarcimento de danos serão regidos pelos arts. 42 a 46 e seus incisos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

12.12. O **CONSIGNANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONSIGNATÁRIO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, esclarecimentos e/ou informações, no prazo estipulado pelo **CONSIGNANTE**.

12.13. Ao encerrar as atividades que fazem tratamento de Dados Pessoais, o **CONSIGNATÁRIO** deve, à escolha do **CONSIGNANTE**, apagar ou devolver os Dados Pessoais em sua posse, e apagar as cópias existentes. O tratamento pelo **CONSIGNATÁRIO** deve ocorrer apenas pelo período especificado neste Termo, exceto nos casos em que, por força de lei, o mesmo tenha que manter sob sua guarda por período superior. Até que os dados sejam apagados ou devolvidos, o **CONSIGNATÁRIO** continuará a garantir o cumprimento do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos conjuntamente pelas partes convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO DOS CONSIGNADOS

14.1. As consignações poderão ser suspensas ou interrompidas, em consoante com o Art. 26 da Portaria nº 2621/2022-TJAM:

- a. Pelo **CONSIGNATÁRIO**;
- b. A pedido do **CONSIGNADO**, no prazo mínimo de 5 dias, mediante análise dos documentos apresentados;
- c. Por força de lei;
- d. Por ordem judicial;
- e. Por justificado interesse público, nos seguintes casos:

1. Vício insanável no processo de credenciamento;
 2. Ocorrência de ação danosa às partes ou ao **CONSIGNANTE**;
 3. Por juízo de conveniência e oportunidade do **CONSIGNANTE**;
- f. O pedido formulado suspende ou interrompe o desconto na folha de pagamento do mês da formalização do pleito ou na folha do mês subsequente, caso a anterior já tenha sido processada.
- g. A consignação de mensalidade em favor de entidade sindical ou associação de classe somente poderá ser cancelada após a comprovação do respectivo desligamento.
- h. A consignação de empréstimo ou financiamento somente poderá ser cancelada com a aquiescência expressa do **CONSIGNADO** e do **CONSIGNATÁRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DOS CONSIGNADOS POR INICIATIVA DO CONSIGNANTE

15.1. Constituem faltas:

- a. Transgredir as normas estabelecidas na Portaria nº 2621/2022-TJAM;
- b. Condicionar o fornecimento de produto ou prestação de serviço à contratação de outro produto ou serviço;
- c. Utilizar de fraude, simulação, dolo, conluio ou culpa que desvirtuem a finalidade da consignação;
- d. Transferir, ceder, alienar ou sublocar a terceiros rubrica de desconto, sem a autorização do **CONSIGNANTE**.

15.2. Não serão permitidos ressarcimentos, compensações ou encontros de contas que impliquem qualquer tipo de crédito em favor de **CONSIGNATÁRIOS** e **CONSIGNADOS**.

15.3. Caso o Tribunal suspeite da ocorrência de qualquer das faltas previstas neste artigo, poderá suspender a consignação e solicitar a instauração de processo administrativo.

15.4. O **CONSIGNATÁRIO** que injustificadamente descumprir as regras da Portaria nº 2621/2022-TJAM, estará sujeito a:

- a. Advertência;
- b. Proibição, pelo prazo de 30 (trinta) dias, de conceder novas consignações aos magistrados, servidores e pensionistas do **CONSIGNANTE**;
- c. Suspensão do repasse de valores até a devida reparação da infração, sem prejuízo da consignação facultativa em folha de pagamento do **CONSIGNADO**;
- d. A rescisão do convênio celebrado.

Parágrafo único. As penalidades previstas nesta cláusula serão aplicadas após regular processo administrativo, observada a proporcionalidade com a falta cometida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DOS CONSIGNADOS POR INICIATIVA DO CONSIGNATÁRIO

16.1. O **CONSIGNATÁRIO** suspenderá a concessão de novos empréstimos e/ou financiamentos consignados aos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS através de notificação ao **CONSIGNANTE**, quando:

- a. ocorrer o descumprimento por parte do **CONSIGNANTE** de qualquer cláusula ou condição (ões) estipulada(s) neste Convênio;

- b. o **CONSIGNANTE** não repassar ao **CONSIGNATÁRIOS** os valores consignados informados ao **CONSIGNATÁRIO**, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a data de crédito dos salários (dia de vencimento das prestações);
- c. o convênio apresentar índices de inadimplência e de consignação não admitidos pelo **CONSIGNATÁRIO**;
- d. ocorrer alteração (ões) nas Condições Gerais do Convênio – Anexo I que interfira nas condições pactuadas;
- e. ocorrer atraso ou não envio das informações de consignação mensal.

Parágrafo Primeiro – A suspensão do Convênio não desobriga o **CONSIGNANTE** de continuar realizando as consignações das prestações e a retenção das verbas rescisórias, relativas aos contratos de empréstimos e/ou financiamentos já celebrados, permanecendo necessária a troca de informações de consignação mensal entre o **CONSIGNATÁRIO** e o **CONSIGNANTE** e os repasses devidos até a liquidação de todos os contratos celebrados.

Parágrafo Segundo – O restabelecimento do Convênio ficará a critério do **CONSIGNANTE**, após a regularização das pendências que motivaram a suspensão.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Manaus para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste convênio, que não tenham sido resolvidas administrativamente, renunciando os convenientes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, assinam o presente convênio, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Manaus, 09 de outubro de 2023.

Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

RAIMUNDO DA SILVA BAIA

Gerente Geral do Escritório Setor Público Amazonas
do Banco do Brasil S.A

TESTEMUNHAS:

Arístocles Rannyeri Nascimento de Lima

Assistente Judiciário do TJAM

Ana Paula Costa Pinheiro Batista

Apoio Operacional do TJAM



Documento assinado eletronicamente por **Nélia Caminha Jorge, Desembargadora de Justiça**, em 09/10/2023, às 09:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo da Silva Baia, Usuário Externo**, em 13/10/2023, às 14:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Aristocles Rannyeri N. de Lima, Chefe de Setor**, em 13/10/2023, às 15:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA COSTA PINHEIRO BATISTA, Servidor**, em 16/10/2023, às 08:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1259479** e o código CRC **1F128A86**.
